

80 - REFLECTION REGARD GENDER BEYOND THE PHYSICAL EDUCATION AT THE CONTEMPORARY SCHOOL ENVIRONMENTLEONARDO JOSE MATARUNA-DOS-SANTOS^{1,2}SHEILA DUARTE BANDEIRA³ASLI CAZORLA MILLA¹

1. American University in the Emirates – United Arab Emirates

2. Coventry University – CTPSR

3. Universidade Salgado de Oliveira/UNIVERSO – Niterói

mataruna@gmail.com

doi:10.16887/90.a1.80

Introdução

No mundo contemporâneo se dialoga com intensidade sobre a igualdade de condições entre homens e mulheres em todos os âmbitos sociais, sobretudo no esporte e educação. A superioridade masculina em detrimento do feminino representada em discursos, possui traços históricos que estão sendo desenraizados através de lutas e reflexões. Contudo, ainda lamentavelmente, é sustentado e reproduzido nos núcleos familiares, nas empresas, nos clubes esportivos e infelizmente na escola, que é o grande palco de transformação social. A existência de apenas representações de gênero binário do mundo heterossexual, sem orientações ou oportunidades a outras caracterizações ou opções sexuais demonstram uma falta de percepção dos novos tempos.

Recentemente, o canal esportivo ESPN Brasil gerou uma campanha sobre lances esportivos em que não era possível identificar o personagem que fez a jogada, marcou gol, fez a cesta, pegou uma onda de surf. Todos eram mulheres atletas, e a maior parte das pessoas que participaram eram mulheres também. Entretanto todos os mencionados como possíveis atletas eram homens, evidenciando que as boas jogadas no inconsciente do imaginário coletivo, estavam relacionados a masculinidade.

Segundo Perrot (1998), a mulher era considerada apenas como um membro de uma família, da qual o representante era o pai, reforçando a ideia de que a mulher fora criada apenas para cuidar da família e das coisas do lar. Assim perguntamos: e a mulher dos dias atuais que papel ocupa? E os transexuais, travestis, bissexuais, gays e lésbicas? Em sociedades mais conservadoras tentam eliminar as outras possibilidades de representar-se socialmente. Restringem-se, ao resumo da dicotomia bipolar entre homens e mulheres e se chocam quando se observam consumindo elementos culturais produzidos por artistas como Conchita Wurst, Kim Petras, Pablo Vittar, Elizabeth Lowell, Olly Alexander, entre outros, que estão fora da sequência binária 0 e 1. Nos dias atuais com as redes sociais, e outros canais de comunicação, que permitem mais acesso a informação e sobretudo ao consumo do diferente, não há muito como se controlar o que será digerido digitalmente. A liberdade de expressão, as representações, e as manifestações saem dos computadores, tablets e telefone, dando um salto para as escolas, clubes, academias e todas as outras segmentações sociais. Assim sendo, os valores rígidos de um tempo que passou se rompem de conceitos e preconceitos do alicerce de algumas sociedades, que assim passam a buscar uma redefinição social baseada em outros princípios.

A sociedade brasileira de uma maneira geral era patriarcal, o papel do varão era centrado no domínio familiar, associava-se força física a poder, contudo, cabia a mulher obediência e dependência, já que era considerada uma espécie frágil e não tinha nenhum valor como ser humano. Reprodutora da espécie era a função social da mulher, o que favorecia ainda mais sua subordinação ao homem, sendo considerada frágil e incapaz para assumir a direção e chefia do lar.

Meyer (2004), analisando os fatos que cercavam o ser mulher, e os argumentos da época, afirma que:

A força corporal foi por muito tempo um importante argumento dentre outros, para explicar a superioridade dos homens sobre as mulheres. Características anatômicas como o tamanho e formato dos quadris explicaram e justificaram a maternidade como o destino natural da mulher (p.9).

Quando lançada ao matrimônio, digamos laçada, pois não tinha nenhum poder de escolha, se casava por imposição, saía do poder autoritário de seu pai para cair nas garras do autoritarismo e de total submissão ao seu marido. Segundo Bourdieu (1998), a dominação masculina e a submissão feminina é um produto histórico. E hoje em dia ainda seguimos vivendo sob mesmos valores? Nas garras de quem estamos submissos?

Perrot (1998), reforça a hegemonia masculina entre os séculos XVII e XIX, quando menciona que os espaços intelectuais e até esportivos não podiam de forma nenhuma ser frequentados por mulheres, restando a elas somente os espaços das lavanderias, salões de chá e magazines.

Com o surgimento da Revolução Industrial, a mulher começa a ganhar precário espaço, pois nos momentos de crise, o trabalho masculino era substituído pela mão de obra feminina, que era bem mais barata, e desde aquela época, os homens acusam-nas de tomarem seus espaços no trabalho. A luta contra o capitalismo

Para Scott (1994), as relações de gênero são formadas socialmente, dessa forma, destaca-se como uma noção de estruturação social de poder: [...] “é um elemento construtivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e mais, o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOOT, 1994, p. 13).

Butler (2007) estabeleceu uma separação entre gênero e sexo, sendo o primeiro o próprio elemento cultural, uma construção social de identidade, e o segundo enquanto elemento propriamente biológico. Sendo assim a relação direta entre os dois (sexo e gênero), pode não acontecer, contudo é possível existir gênero feminino em sexo masculino, e gênero masculino e sexo feminino. Para a autora, gênero “pode ser a interpretação múltipla do sexo” BUTLER (2007, p.8). Butler não procura diferenciar sexo de gênero, uma vez que:

Gênero também deve designar o próprio aparato de produção onde os sexos são estabelecidos. Como resultado, gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; gênero é também os meios discursivos/culturais pelos quais “natureza sexuada” [sexed nature] ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra na qual a cultura age (...). Esta produção do sexo como o pré-discursivo deve ser entendida como o efeito do aparato de construção cultural designado por gênero (BUTLER, 2007, p. 10).

Para Bourdieu (1999), gênero é relacional, é construído e organizado sob sociais que é lamentavelmente sustentado nas relações de poder, pois "o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas" (BOURDIEU, 1999, p. 23).

Para Connell (1995), gênero é a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e fazem parte do processo histórico de uma sociedade.

Para Meyer (2003), gênero atravessa e organiza cultura:

[...] deixa-se de enfocar, de forma isolada, aquilo que homens ou mulheres fazem ou podem fazer [...], mas considera-se a necessidade de examinar os diferentes modos pelos quais gênero opera, estruturando o próprio social que toma estes papéis, funções e processos possíveis e necessários (MEYER, 2003, p. 18).

Parece que a divisão do sexo ao longo da sociedade, foi feita de forma arbitrária, começando pela divisão socialmente construída entre os sexos (Bourdieu, 1995):

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 1995, p.20).

Em seu livro *História da Sexualidade*, Michel Foucault defende que, nos últimos séculos houve um discurso excessivo abordando sexo e gênero. Num período dito de Modernidade, algumas regiões ou grupos sociais preferem estabelecer descrição sobre o assunto (FOUCAULT, 1999).

Rastros socialmente históricos colaboram para as ditas diferenças entre homens e mulheres. Este infelizmente é um dilema que não se apagou com o passar dos tempos e continua sendo reproduzido incessantemente em todos os âmbitos sociais, de forma consciente ou inconsciente.

Na escola atual é conhecida a importância das redes sociais para a interação entre pessoas. No entanto, ainda é desconhecido o poder e o impacto em grandes escalas das ações empregadas por esta importante ferramenta que pode ser um meio complementar das aulas de educação física escolar, sobretudo quebrando aspectos a respeito do bullying, do preconceito, da discriminação. Utilizar ferramentas contemporâneas para a aceitação do outro e inclusão social é um dos grandes desafios de professores da escola do século XXI. Este artigo apresenta algumas reflexões a partir da revisão da literatura a respeito do gênero nas aulas de educação física escolar.

Desenvolvimento

AMULHER NO MUNDO DO ESPORTE

A mulher através de muitas lutas e rupturas como determinismo social e biológico, vem através dos tempos marcando história no cenário esportivo.

O educador Francês Pierre Frédy, o Barão de Coubertin (1863 -1937), realiza em Atenas, em 6 de abril de 1896 os primeiros Jogos Olímpicos da era Moderna que ainda não incluíam mulheres. Coubertin preferiu continuar com as antigas motivações dos Jogos da Antiguidade, pois acreditava que os Jogos Olímpicos era um espaço para homens, devido as questões culturais, sociais e sobretudo físicos, visto que a mulher tinha que se contentar apenas em assistir as provas. Porém a grega Stamati Revithi, realizou o percurso da maratona fora do estádio no dia seguinte a prova masculina, em resposta a proibição feminina nas modalidades olímpicas (PFISTER, 2004 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Foi dado as mulheres apenas o direito de participar, somente nos Jogos Olímpicos de Paris em 1900, e em algumas provas, como o golfe e o tênis, por serem belos dentro de um princípio estético e por estes não possuírem contato físico (RUBIO; SIMÕES, 1999). As vencedoras das provas não eram premiadas com medalhas nem tampouco recebiam as coroas de ramos, pois não eram consideradas atletas, apenas participantes amadoras, portanto recebiam apenas um certificado (MIRAGAYA, 2002).

Nas Olimpíadas de Saint Louis em 1904, nos Estados Unidos, a mulher participou também nas modalidades arco e flecha, e a ginástica foi apresentada como atividade de demonstração. Em 1908 em Londres, as mulheres ampliavam seu repertório de modalidades, as provas eram tênis, patinação no gelo, arco e flecha. Participaram também nas provas de barco a vela, onde as equipes eram mistas, e só participaram porque eram esposas dos atletas da modalidade mencionada. Em Estocolmo 1912, foi permitido que a mulher participasse de mais uma nova modalidade, a Natação. (COI, 2006 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

O Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Atletismo Amador (FIAA) não permitiam a participação das mulheres oficialmente nos Jogos Olímpicos, especialmente no atletismo. Perante estes obstáculos, a francesa Alice Melliat fundou a Federação Esportiva Feminina Internacional (FEFI) em 1917, a Federação supervisionava recordes, estabelecia regras e promovia o esporte feminino (PFISTER, 2004; OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

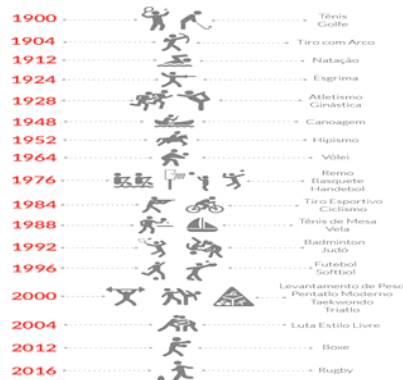
A FEFI organizou os Jogos Olímpicos Femininos em 1922, em razão ao seu sucesso, foram re-editados em 1926, 1930 e 1934 como os Jogos Femininos Mundiais. Como os jogos obtiveram bastante público o COI se sente pressionado em integrar as mulheres nas Olimpíadas Modernas (DEFRAANTZ, 1991 apud MIRAGAYA, 2002).

Na Antuérpia em 1920 foi incluído o salto ornamental. Em 1924 Paris, foi inserida a esgrima. Em Amsterdã, 1928, foram inseridas a ginástica e o atletismo, este último com cinco provas (DEVIDE, 2002; MOURÃO; VOTRE, 2005 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008). Ao final da prova de 800 metros como algumas mulheres desmaiaram, dando assim margens para argumentos que defendiam a exclusão feminina das Olimpíadas por falta de capacidade física para provas de resistência (SOARES, 1988 apud RUBIO; SIMÕES, 1999). O grande marco definitivo para as mulheres foi em 1936, Berlim, quando os considerados corpos frágeis foram incluídos oficialmente como atletas olímpicas, assim a FEFI foi dissolvida, pois conquistou seu objetivo.

Em 1948, o neurocirurgião alemão Ludwing Gutteman aproveitou os XVI Jogos Olímpicos de Verão de Londres e o fim da Segunda Grande Guerra para criar os Jogos Desportivos de Stoke Mandeville em um hospital na cidade de Aylesbury no condado de Buckinghamshire. Apenas 14 homens e duas mulheres participaram do primeiro evento. Nos Jogos de TelAviv 1968, as mulheres participaram pela primeira vez oficialmente em modalidade exclusiva para o gênero, o basquetebol em cadeira de rodas para pessoas com deficiência física e, mulheres com deficiência visual em modalidades coletivas tiveram a primeira oportunidade apenas em 1984, nos Jogos de Nova Iorque. As mulheres brasileiras estrearam em Jogos Paralímpicos no mesmo ano. No ano de 2016, a comunidade LGBT esteve presente nos Jogos Olímpicos com 56 participantes declaradas e mais de 10 atletas nos Jogos Paralímpicos. Diante da conectividade do esporte Olímpico e Paralímpico e a educação física

escolar, o professor de escola tem a possibilidade de conseguir se apropriar de conteúdos e discussões sobre política, sociedade e gênero, transferindo a uma realidade crítico, reflexiva e consciente de situações em relação a escola. A introdução da mulher no esporte é um destes temas e permite uma longa discussão sobre realidades por exemplo, inclusas na atual Agenda 2020 do Comitê Olímpico Internacional, como por exemplo o desenvolvimento de esportes mistos, entre gêneros.

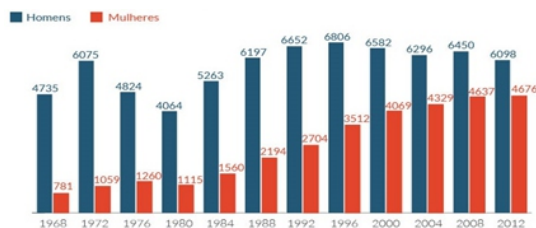
Figura 1. Introdução das mulheres nos esportes olímpicos.



Fonte: IOC (2016) reproduzido por ESPN (2016)

Percebe-se que ao longo dos eventos Olímpicos, a mulher foi conquistando lentamente seu espaço, vencendo preconceitos, determinismos biológicos, rompendo com padrões e rótulos impostos socialmente. Em 2012 as mulheres representaram 42% dos atletas Olímpicos e participaram de todas as modalidades que constavam no programa. Em 2016 chegamos a um total de 45% de atletas nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Figura 2. Participações em Jogos Olímpicos por gênero de 1968-2012.



Fonte: Dados oferecidos pelo COI (2017)

Figura 3. Participação do Brasil em Jogos Olímpicos

Edição	Homens	Mulheres	Total
Antuúpia-1920*	21	0	21
Paris-1924	12	0	12
Amsterdã-1928	0	0	0
Los Angeles-1932	66	1	67
Berlim-1936	88	6	94
Londres-1948	70	11	81
Helsinque-1952	103	5	108
Melbourne-1956	47	1	48
Roma-1960	80	1	81
Tóquio-1964	68	1	69
Cidade do México-1968	81	3	84
Munique-1972	84	5	89
Montreal-1976	86	7	93
Moscou-1980	94	15	109
Los Angeles-1984	129	22	151
Seul-1988	135	35	170
Barcelona-1992	146	51	197
Atlanta-1996	159	66	225
Sidney-2000	111	94	205
Atenas-2004	125	122	247
Pequim-2008	144	133	277
Londres-2012	136	123	259
Rio-2016**	253	209	462

Fonte: Dados oferecidos pelo COB (2017)

Percebemos que o número de participantes homens em 2016, aumentou consideravelmente em relação ao número de mulheres participantes, o que nos leva a crer, que temos ainda muito que caminhar e lutar para que a mulher seja igualmente aos homens reconhecidas no esporte, e que receba os mesmos direitos em igualdade de condições. Nas últimas décadas, muito se tem debatido sobre igualdade de gênero, inclusive dentro do Movimento Olímpico, onde se faz necessária uma maior participação das mulheres nos Jogos Olímpicos, mesmo apresentando os avanços na participação ao longo dos anos. Discussões desta natureza são expandidas as redes sociais e a fóruns educacionais para professores ao redor de todo o mundo.

O objetivo nº 5 da agenda 3030 – ONU, é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as meninas e mulheres. Em um dos seus objetivos específicos, a ONU propõe acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda a parte. Contudo ainda se vê muito limitada as discussões na ONU sobre o movimento LGBT, restringindo-se a identidade de gênero e orientação sexual. Sobretudo no COI, onde as questões das diferenças ainda são trazidas a público com certo receio, as discussões são pautadas em direitos humanos. O momento em que o COI poderia ter se posicionado com

firmeza perante o mundo foi durante o período que antecedeu os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi 2014, onde o governo do país anfitrião lançou programa de não tolerância a outras derivações sexuais. A opinião pública reagiu ferozmente e outras estratégias foram utilizadas pelo COI para suavizar as críticas ao evento e as instituições.

EDUCAÇÃO FÍSICA E GÊNERO

O predomínio do tradicionalismo biológico enraizado na história e nas aulas de educação física acabou reforçando padrões estereotipados de gênero.

Apesar dos corpos masculinos e femininos se constituírem nas mais variadas instâncias escolares, parece que é na educação física que esta distinção é salientada repetidamente. Ainda hoje, a partir de uma hierarquia de aptidões físicas aceitas socialmente, considera-se as meninas naturalmente mais frágeis que os meninos, justificando assim, a necessidade de uma estrutura especial que proteja as meninas das ditas brutalidades inerentes aos meninos (FRAGA, 2000. P.117).

Se faz necessária a discussão de algumas situações ocorridas em relação a educação física que lamentavelmente deixaram traços de preconceitos acerca da mulher, pontuando o que era próprio para homens e para mulheres, considerando o corpo feminino como algo muito frágil. Não abordar-se-á um relato de toda história, mas alguns pontos que nos levam a reflexão. Levando sempre em consideração que estes corpos são sempre esperados pela escola, pelos professores e pela sociedade, como elementos dentro da perfeição da funcionalidade, digamos, sem nenhum tipo de deficiência ou comprometimento motor.

As aulas de educação física tinham objetivos distintos para meninas e meninos. Não se pensava em totalidade. Goellner, 2004, aponta que:

Exercícios físicos na escola se davam por objetivos sociais diferenciados para meninos e meninas, ou seja, proposições absolutamente naturalizadas e definidas do que é ser homem e do que é ser mulher (GOELLNER, 2004, p.23).

A educação física vem com o passar dos tempos, depois de muitos entraves, assumindo variadas formas e estruturas. Pesquisadores e estudiosos da área como Goellner (2004), Soares (2001) e Sant'Anna (2001), apresentam o final do século XIX e o início do século XX como uma nova fase da educação física, pois a mesma começa a apresentar uma nova preocupação social e que toma como centro a educação dos corpos. Saúde e produtividade da população passam a "[...] construir um conjunto de dispositivos e saberes que atuam no corpo" (GOELLNER, 2004, p.35).

Na história da educação física no Brasil, encontramos um trato desigual para meninos e meninas. Vamos olhar um pouco atrás, mas se lembrarmos que até os primeiros anos da década de 1990 as aulas no ensino universitário no curso de educação física eram divididas em turmas por gênero, veremos que a divisão por gênero era muito forte no Brasil. Em 1882, a Reforma do ensino Primário, sugeria atividades físicas diferenciadas para ambos os sexos (Soares, 1994).

Algumas práticas corporais, métodos ginásticos, começam a fazer parte do cenário educacional brasileiro, incorporando objetivos corporais, morais e intelectuais. Este modelo foi sendo incorporada no Brasil gradativamente, Castellani (1998) cita que, por volta da década de 1920, apenas alguns estados incluíram exercícios físicos na escola.

Gollner (1996), traz informações sobre a introdução do Método Francês na educação física brasileira. Segundo ela, as Instituições Militares brasileiras oficializaram este método como sistema obrigatório na instrução física dos militares em 1921, sendo em 1929 adotado como prática oficial na Educação Física civil brasileira.

No decreto nº 19.890, artigo 9 do ano de 1931, se estabelece a obrigatoriedade dos exercícios de educação física no ensino secundário para todas as classes. Em 1937, a educação física aparece como prática educativa do currículo, no artigo 131 da Constituição Federal, ao ser mencionada como ensino cívico e trabalhos manuais em todas as escolas brasileiras.

Sociedade saudável, um plantel militar e mão de obra barata, era certamente o destino dos cidadãos de uma nação (Bracht e González, 2005).

[...] a Educação Física se relaciona na sua gênese mais fortemente com as instituições médicas, militar e educacional. A instituição educacional foi, por assim dizer, um locus eleito (embora não único) para uma sistemática educação corporal para a população (BRACHT. GONZÁLEZ, 2005, p.150).

Algumas tendências como a cultura corporal (Coletivo de Autores, 1992) e a Crítico Emancipatória (Kunz, 1994), favorecem o trabalho misto entre meninos e meninas, independente dos conteúdos desenvolvidos, favorecendo para a socialização de crianças e jovens. É necessário que durante as aulas de educação física, os professores levem discussões acerca das habilidades, pois elas são inerentes ao ser humano e não inerente somente as mulheres, levantando questões sobre preconceito em relação às mulheres no esporte.

As práticas da educação física para Larrosa (1994), devem ser vistas, como um dispositivo pedagógico, no qual se trocam experiências do mundo vivido do aluno. As práticas corporais contidas nas aulas, são ferramentas pelas quais os alunos são levados a consciência de si e de seu corpo e do corpo do outro, respeitando-o em todos os aspectos.

O comportamento social, regulado por normas de convívio aceitas por um grupo, tem no espaço das atividades físicas, especialmente nas práticas do jogo, um espaço riquíssimo de manifestações (FREIRE, 1994).

Azevedo, 1960, se manifesta a respeito da importância da educação física na escola, afirmando que:

A educação física, não serve apenas como antes, erradamente se cogitava, para favorecer o desenvolvimento harmônico do corpo [...]. Ela é parte integrante de todo o sistema de educação. Não se organiza fora dele nem para se lhe opor, mas para completa-lo (AZEVEDO, 1960, p.24).

Nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) destinados a área da Educação Física, um dos objetivos específicos norteiam a necessidade de formar cidadãos críticos e solidários (1998).

(...) compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito (p. 07).

Os PCNs tem como proposta uma educação comprometida com princípios éticos, auxiliando a educação escolar na dignidade da pessoa humana, na igualdade de direitos, na participação democrática e na co-responsabilidade pela vida social.

Os gêneros são enfatizados em grande parte da discussão global, mas referenciar a pessoa, como única e individualizada fora de uma caixa e de um modelo padronizado é o desafio da compreensão pedagógica da diversidade e requer muito mais do que boa vontade dos educadores, gestores e políticos. Esta é uma discussão necessária ao estado e extensiva a toda uma sociedade que precisa expandir reflexões que quebrem estereótipos e paradigmas de um corpo que só pode ser entendido e respeitado quando apenas apresentado no binômio social pré-determinado.

A legitimidade da educação física na escola tem a ver com a dimensão que assumiu o fenômeno esportivo em nossa sociedade. A dimensão quantitativa do esporte parece ser razão suficiente para que a escola assuma a tarefa de transmitir este elemento da cultura. Define-se nesta perspectiva a tarefa da educação física de desenvolver a capacidade de ação no desporto (BRACHT, p.46).

A educação física na escola é sim um espaço para o desenvolvimento dos esportes, contudo, é necessário que tenhamos um olhar sobre de que maneira queremos desenvolver tais práticas. Reproduzindo a história da educação física? Excluindo os inaptos? Desenvolvendo atividades de segregação das habilidades? Enaltecendo os mais habilidosos em detrimento dos menos habilidosos?

A formação do atleta a meu ver, tem início na escola sim, não sobre os aspectos do treinamento, nem tampouco sobre os aspectos técnicos e táticos, embora eles sejam detectados nas aulas, mas no que delimitam as questões maiores que envolvem este cidadão chamado aluno.

É importante citar que o desenvolvimento da instituição esportiva não se dá independentemente da Educação Física: condicionam-se mutuamente [...] a escola é a base da pirâmide esportiva. É o local onde o talento vai ser descoberto (p. 22).

Valores positivos devem nortear a sociedade, e que são desenvolvidas nas aulas e no jogo. A UNESCO (2016), corrobora, dizendo que a educação física e o esporte ensinam o respeito ao próximo, e o espírito de equipe, as regras mínimas de convivência.

A UNESCO (2016) em sua Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte, cita entre vários compromissos, dentre eles:

[...] pelos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todas as pessoas são titulares de todos os direitos e liberdades nela estabelecidos, sem qualquer tipo de discriminação com base em raça, cor, sexo, idioma, religião, convicção política ou opinião, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra. Ressaltando que os recursos, a autoridade e a responsabilidade da educação física, da atividade física e do esporte devem ser alocados sem qualquer tipo de discriminação, seja ela com base em sexo, idade, deficiência ou qualquer outra, a fim de superar a exclusão de grupos vulneráveis ou marginalizados (UNESCO, p.1).

Não há prática esportiva, esporte, “que se desenvolva como elemento de cidadania desvinculado da escola. Ele deve existir constantemente na vida de crianças” (Murad, 2015).

Conceituando Esporte do ponto de vista sociológico, é o lúdico da aprendizagem prazerosa do jogo, da brincadeira, socialmente organizados, com hierarquias, institucionalizado, com regras universais, com papéis e funções. Esporte foi historicamente, e é cultura e socialização (MURAD, 2015).

O esporte tem função importantíssima na contribuição da formação plena do indivíduo, incutir valores, respeito às regras, valorizar o trabalho em grupo e reconhecer também o esforço individual, respeitar o adversário valorizando seus méritos. Através do esporte, crianças e jovens aprendem a lei do esforço, do foco, das metas. “Valores sociais, educacionais e éticos devem prevalecer e anteceder a formação do atleta e do praticante” (Murad, 2015).

Murad (2015) refere-se ao esporte como algo que não pode ser prescrito como Panaceia da Humanidade, ou seja, remédio para todos os males, mas reitera sua importância como ferramenta sociológica, ética e educacional importante na formação de crianças e jovens sendo elemento geral na educação.

Quanto às questões que denominamos político-pedagógicas na escola poderíamos refletir a partir da posição de Bracht e González (2005, p. 155), segundo a qual, a EF escolar, na condição de disciplina, tem como finalidade “formar indivíduos dotados de capacidade crítica em condições de agir autonomamente na esfera da cultura corporal de movimento e de forma transformadora como cidadãos políticos”.

A discussão se esporte deve estar na escola ou não vem sendo pauta da EF escolar brasileira nas últimas décadas. O fato que não entraremos nesta discussão com profundidade, mas entendemos que o esporte pode ser um elemento de ensino, mas não único dentro do processo educacional. O esporte é um processo fenomenológico desvinculado da prática educacional formal. A questão que aqui alertamos é que a diversidade e a pluralidade devem estar como pauta de uma discussão mais profunda, principalmente trazendo a tona a inclusão social não apenas das pessoas com deficiência, mas sobretudo sobre a forma de como as pessoas querem ser reconhecidas, independente do seu gênero biológico.

DESCONSTRUIR ESTEREÓTIPOS OU REFORÇAR-LOS?

A escola é um campo riquíssimo nas ações para a socialização, na contribuição de formação de valores, no desenvolvimento afetivos, sociais e morais. Para Libâneo (2002):

É preciso que a escola contribua para uma nova postura ético-valorativa de recolocar valores humanos fundamentais como justiça, solidariedade, a honestidade, o reconhecimento da diversidade e das diferenças, o respeito à vida e aos direitos humanos básicos [...] (LIBÂNEO 2002, p.7).

Turra (1998) reforça a importância da escola e o papel do professor na construção de valores e atitudes, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e autônomos.

É axiomático afirmar que a educação visa à formação da personalidade, logo do ser humano como um todo, cabendo ao professor abrir perspectiva para o autoconhecimento e a autoformação. O sentido da vida só pode ser aprendido pela própria pessoa, mas as atitudes podem ser ensinadas. [...] as atitudes se modificam por meios das aprendizagens (TURRA, 1998, p.86).

Sabendo que a escola é um espaço de total interação social na formação de cidadãos conscientes e autônomos, será que ela através de seu corpo docente e gestores, vêm contribuindo para libertar seus alunos, futuros adultos, agentes sociais de valores preconceituosos, atitudes discriminatórias ou vem contribuindo para a reprodução de valores históricos estereotipados e tantos outros? Será que nas aulas de educação física professores incorporam posturas despidas de preconceitos e/ou posturas machistas? Para Fraga (2000):

Apesar dos corpos masculinos e femininos se constituírem nas mais variadas instâncias escolares, parece que é na educação física que esta distinção é salientada repetidamente. Ainda hoje, a partir de uma hierarquia de aptidões aceitas socialmente, considera-se naturalmente as meninas mais frágeis que os meninos, justificando assim, a necessidade de uma estrutura especial que proteja as meninas da dita brutalidade inerente aos meninos (FRAGA 2000, p.117).

Infelizmente percebemos posturas ainda estereotipadas de Docentes de outras disciplinas, coordenadores

pedagógicos, orientadores educacionais e diretores, assim como professores de educação física. Contudo, seria leviandade generalizar, mas tais posturas são ainda muito comuns, haja vista o comportamento dos jovens em praças públicas, nas competições esportivas escolares, nos estádios de futebol, na própria aula de educação física, nas brincadeiras livres no pátio da escola, onde é percebido posturas e comportamentos estereotipados, meninas podem isso, meninos aquilo. Esse jogo é para homens! É o que dizem a maioria dos meninos a respeito do futebol, assim como as meninas também, pois acabam acreditando naquilo que é reproduzido socialmente e na escola.

O sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) contribuiu muitíssimo para a reflexão e construção de espaços de ensino, assim como para a área de educação física. Além de valorizar e tematizar o futebol com instrumento de estudo, Freyre valoriza as dimensões éticas, e uma delas é a igualdade de oportunidades, excelente ferramenta de trabalho para o professor de educação física. Faz-se necessário refletir e criar ações concretas e consistente no âmbito escolar, em especial nas aulas de educação física, nos jogos e nos esportes. Preservar a ética da igualdade facilita na minimização de práticas de violência e preconceitos (MURAD, 2009).

Para Daólio (2003), a educação física tem papel fundamental na vida dos alunos dentro e fora de escola, “o objetivo da área seria de promover atitudes que pudessem auxiliar ou facilitar o desenvolvimento da criança, tanto em sua vida escolar, como em toda a sua vida após a escola” (p.19). O traço histórico do machismo, ainda aprisiona meninas na teoria da fragilidade do ser mulher, acreditando na supremacia do ser homem, com isso, levadas a acreditar que existam jogos, atividades e ocupações para homens e mulheres de forma distinta.

É na escola que precisamos urgentemente desmistificar tal postura ainda enraizada em nossa sociedade, pois ela é o melhor e o mais importante palco para a transformação Social. A Educação Física tem um campo de tão qual importância, devendo ser oferecido aos alunos conteúdos teóricos e contextualizados e práticas corporais através dos jogos e brincadeiras, que em conjunto construam dimensões de trabalho que incorporem as dimensões, afetivas, cognitivas, motoras e socioculturais nos alunos, uma educação física revolucionária. Segundo Medina (1992):

A Educação Física revolucionária, pode se definir como a arte do movimento humano que, através de atividades específicas, auxiliam no sentido de sua auto realização e em conformidade com a própria realização de uma sociedade mais justa e livre (p.81).

O documento que auxilia os projetos educativos na disciplina Educação Física no âmbito escolar, PCNs – Brasil (1997), cita um dos objetivos para o ensino fundamental, para que os alunos sejam capazes de:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características sociais (p.07).

Ainda citando o PCNs – Brasil (1997), quanto às aulas mistas e as questões de gênero:

No que tange às questões de gênero, as aulas de educação física podem dar oportunidade para que meninos e meninas convivam, observem-se, descubram-se e possam a ser tolerantes, não a discriminar e a compreender as diferenças de forma a não reproduzir estereotipadamente relações sociais autoritárias (p.25).

Compreende-se então, que a escola deveria ser um espaço de posturas livres de preconceitos, mas lamentavelmente ainda não alcançamos tal objetivo.

O Brasil parece estar retrocedendo quando ao assunto relação de gênero na educação. Tanto se tem falado, discutido, contextualizado e refletido pelo mundo a fora, e o Brasil prefere mergulhar nas amarras históricas de desigualdade. Se estávamos ainda distantes da libertação, da equidade entre homens e mulheres na educação, quem dirá agora.

Brasil na Revisão Periódica Universal sobre Igualdade de Gênero na Educação e Liberdade de Expressão, menciona que por conta de uma onda conservadora social (2017)

O ano de 2014 marcou, no Brasil, um retrocesso na agenda relacionada à discriminação e gênero na educação, quando o Plano Nacional de Educação foi aprovado pelo Senado Federal, que é o documento que planeja a política educacional para os próximos 10 anos. Foi lançada uma campanha de Igualdade de Gênero na Educação e Liberdade de Expressão Brasil na Revisão Periódica Universal contra a igualdade de gênero sob a justificativa de que essa reivindicação seria uma “ideologia” contrária a valores caros para as famílias, ao invés de ser um direito. A questão também recai diretamente sobre o currículo escolar (p.16).

A problemática sobre gênero na educação brasileira, segundo pesquisa Brasil Gênero e Educação (2011, 2013), cita uma das várias problemáticas que precisam ser discutidas e superadas que é infelizmente “a manutenção de uma educação sexista e discriminatória no ambiente escolar” reforçando padrões estereotipados. Olha a escola não cumprindo seu papel!

Todo preconceito impede a autonomia do [ser humano], ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo. (AGNES HELLER 1992, p.59).

O aumento acerca do preconceito e violência em relação às discriminações também contra os homossexuais na escola, vem aumentando bastante, sendo necessário ações para conscientização do respeito ao ser humano, às diversidades. A escola é um espaço perfeito, ou deveria ser, para se tratar de assuntos contra a homofobia. (UNESCO 2009). Sobre a homofobia dentro do espaço escolar, Louro (1999) reforça que “Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo” (p.21). Situações de homofobia são transferidas do mundo físico ao mundo virtual, recaindo novamente nas redes sociais em situações de preconceito, discriminação e exclusão social. 2

Falas e atitudes homofóbicas vêm sendo reproduzidas em vários âmbitos sociais, nos cenários esportivos, no universo escolar, nas comunidades religiosas onde ainda encontramos o discurso alegando que a homossexualidade é um enorme pecado, contudo, parece que a homofobia é um grave problema social.

Homofobia é entendida segundo Lorde (1984), como “o medo de sentimentos de amor por indivíduos do próprio sexo e por conseqüente o ódio desses sentimentos em outras pessoas” (p.45).

Homofobia, também é compreendida por Borrillo (2010), como um fenômeno social – “a homofobia e, em particular, a masculina – desempenha a função de ‘policimento da sexualidade’ ao reprimir qualquer comportamento, gesto ou desejo que transborde as fronteiras impermeáveis dos sexos” (p. 90).

Heterossexismo é definido como:

visão que a heterossexualidade é a norma para todas as relações sociais/sexuais...a institucionalização da heterossexualidade em todos aspectos da sociedade - incluindo a discriminação legal e social contra homossexuais e a

negação dos direitos homossexuais enquanto um interesse político. (Moraga apud Lenskyj, p.62).

Vale a pena lembrar, que não nascemos preconceituosos, tornamo-nos, essa construção é feita no lastro social e a escola tem papel fundamental na construção ou desconstrução de todo tipo de preconceito. É papel da escola garantir a igualdade de condições para todos, sejam heterossexuais, bissexuais, homossexuais, portadores de necessidades especiais, assim sendo, contribuição fundamental para uma sociedade mais igualitária e livre de preconceitos.

Conclusões

Aos professores de Educação Física, vale reforçar, que muitas vezes reproduzem de maneira equivocada, brincadeiras, jogos e atividades mergulhados de posturas e condutas estereotipadas, estabelecendo o preconceito e a discriminação em suas aulas. Existem aqueles docentes também, que não induzem os alunos a comportamentos estereotipados, mas não conseguem intervir quando alunos adotam posturas preconceituosas no decorrer das atividades, contudo, assumem cumplicidade com as diversas formas de preconceitos.

Os conteúdos escolares, atividades, aulas de educação física, são para serem oferecidos a todos os alunos, sem distinção (LOURO 2004):

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/ gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das ocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004b, p.27).

É urgente se tratar no âmbito escolar das diversidades e posicionando as discussões e reflexões para o respeito em relação ao ser humano, independente de crença, raça, sexo ou gênero. Todos somos iguais em direitos e deveres, a Constituição Federal de 1998 em capítulo I (p.13), nos assegura. Sendo assim, todos os alunos deverão receber tratamento igual em todas as atividades pedagógicas, tanto por professores quanto por alunos. Percebe-se que nas práticas corporais, os grupos preferem manter pouco contato com alunos homossexuais e com pessoas com deficiência também, desencadeando um preconceito.

Nas aulas de educação física, o aluno com deficiência independente do gênero é banido de algumas atividades e tem o seu direito de participação vetado. O aluno muitas vezes é visto como frágil, incapaz, ou limitado. Contudo, pode-se perceber que independente das ideologias de gênero e da deficiência, o determinismo a respeito de comportamentos estereotipados se mantém impregnado nos indivíduos e na escola. A educação física precisa ser reinventada, repensada e reorganizada no Brasil. Não se pode evitar ou negar a existências de tecnologias e redes de comunicação como as redes sociais. Entretanto, o empoderamento pedagógico do professor utilizando meios de linguagens complementares é emergencial para a escola. A reflexão de uma boa prática de exercícios físicos, o aprendizado de movimentos complexos, o envolvimento com jogos que respeitem, integrem e aceitem os gêneros e as pessoas, precisa fazer parte de uma rediscussão da escola. Ensinar a respeitar, a incluir e a cuidar do corpo próprio e alheio pode e deve fazer parte de um novo currículo da escola.

Alerta-se sobretudo aos educadores que em um momento em que vivenciamos a aceitação da diversidade, pluralidade e identidades, não se pode pensar a escola e a sociedade como no século passado. Vivemos um novo momento, uma nova história e novos valores, onde educar se tornou mais do que uma arte, e uma ação de valores entre gêneros. Há de se enfatizar as pessoas, sejam elas o que forem, ou o que se autodenominarem. Todos os seres humanos deveriam ter seus direitos de arbítrio sobre seus corpos e vidas, contudo há de se quebrar preconceitos, estigmas e paradigmas na sociedade brasileira e em muitas outras. Ao humano dever-se-ia ser permitido ser, o que ele quisesse ser, para se sentir aceito, integrado, incluído, respeitado, naquilo que 'ainda' entendemos por escola e sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. Rompendo Fronteiras de Gênero: Marias (e) homens na Educação Física. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 1998.
- AZEVEDO, T. M. C. A mulher na educação física; preconceitos e estereotipo. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UNFE, Niterói, 1998.
- BORRILLO, Daniel. Homofobia. História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica ed. 2010.
- BURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- BUTLER, Judith. Gender trouble: feminism and subversion of identity. Newyork: Routledge, 2007.
- BRACHT, Valter. Aprendizagem Social e Educação Física. Porto Alegre: Magister, 1992.
- _____. GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Educação física escolar. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime Dicionário Crítico de educação física. Ijuí: Unijuí, 2005, p.150-156.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série): Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1998.
- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- CONNELL, R. Políticas da masculinidade. Educação e Realidade 20 (5): p.185 – 206, jul./dez. 1995.
- DE PAULA, Liana Salmeron Botelho. Cultura Escola, Cultura Surda e Construção de Identidade na Escola. Marília: Revista Brasil Educação Especial, v 15, n.3, set/dez 2009.
- Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Rogério Diniz Junqueira (organizador). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- DAÓLIO, Jocimar, Cultura: educação física e futebol. 2ed. Campinas: UNICAMP. 2003. (Coleção Livro Texto).
- FRAGA, A. B. Corpo, Identidade e Bom-Mocismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1994.
- GOELLNER, Silvana V.; FRAGA, Alex B. O espetáculo do Corpo: mulheres e exercitação física no início do século XX. In: CARVALHO, Marie J. S.; ROCHA, Cristianne, M. F. Produzindo Gênero. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 161-171.
- IGUALDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO – Brasil na Revisão Periódica Universal. São Paulo, 2017.
- LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. (org). O sujeito da educação: estudos foucaultianos.

Petrópolis: Vozes, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? : novas exigências educativas e profissão docente / José Carlos Libâneo. – 6. ed.- São Paulo : Cortez, 2002

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: LOPES, Denilson et al. (Orgs.). Imagem e diversidade sexual. São Paulo: Nojosa, 2004b.

LOUZADA, Mauro. Representações de Docentes Acerca da Distribuição dos Alunos por Sexo nas Aulas de Educação Física. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 28, n. 2, p. 55-68, jan. 2007.

MURAD, Maurício. Sociologia e educação física: diálogos, linguagem do corpo, esportes. RJ: Editora FGV, 2009.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.L; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

MIRAGAYA, A. A mulher Olímpica: Tradição versus inovação na busca pela inclusão, Fórum Olímpico, 2002. Grupo de estudos Olímpicos, UGF.

OLIVEIRA, G. CHEREM. TUBINO, M.J.G. A inserção histórica da mulher no esporte. Ver. Bras. Ci e Mov. 2008.

_____. Teoria e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. In: Revista Brasileira de Enfermagem, v. 57, jan/fev, 2004.

_____. Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa do século XIX. Campinas: Autores Associados, 2001.

PERROT, Michelle. Mulheres públicas. São Paulo: UNESP, 1998.

PFISTER, G. Os jogos mundiais femininos e a participação da mulher nos jogos olímpicos, 1996 apud FURTADO, S.E. WERNER, T, Universidade Gama Filho, RJ, 1999.

RUBIO, K. Simoes, A.C. De espectadores a protagonistas a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. REV. Bras. Mov, nº11, 1999.

SARAIVA, M.C. Co-educação Física e Esportes: quando a diferença é mito. Ijuí: Unijui, 1999.

SOARES, C. L. Educação física: raízes europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação & Realidade, v.20, n.2, p. 71-100, jul./dez.

TURRA, Clodia Maria Godoy et al. Planejamento de Ensino e Avaliação. Porto Alegre, RS. Sagra Luzzato, 1998.

Abstract

The present study presents the discussion about gender in the school regarding the person with and without disability. The methodology used shows some strategies of teaching and discussion about the subject through literature review in a reflexive way. In conclusion, it is observed that the contemporary school cannot be based on the pedagogical structures of the last century and needs to be reinvented. Understanding the cultural moment, the transformations of realities, the acceptance of the other, the social inclusion and above all, to tie technology and social media is an urgent need for physical education classes regarding gender at the contemporary school.

Keywords: Contemporary school, gender and people with and without disability.

Resumen

El presente estudio presenta la discusión sobre género en la escuela acerca de la persona con y sin discapacidad. La metodología empleada evidencia algunas estrategias de enseñanza y discute el tema a través de la revisión de la literatura de forma reflexiva. Como conclusión se percibe que la escuela contemporánea no puede basarse en las estructuras pedagógicas del siglo pasado y necesita reinventarse. En relación al género, la escuela actual, ocupa de entender el momento cultural, las transformaciones de realidades, la aceptación del otro, la inclusión social y sobre todo atreverse a la tecnología y medios sociales. Es una necesidad de emergencia en las clases de educación física una reestructuración de la escuela contemporánea.

Palabras-clave: Escuela contemporánea, género, persona con y sin discapacidad.

Resumo

O presente estudo apresenta a discussão sobre gênero na escola a respeito da pessoa com e sem deficiência. A metodologia empregada evidencia algumas estratégias de ensino e discute o tema através da revisão da literatura de forma reflexiva. Como conclusão percebe-se que a escola contemporânea não pode se basear nas estruturas pedagógicas do século passado e precisa se reinventar. Entender o momento cultural, as transformações de realidades, a aceitação do outro, a inclusão social e sobre tudo se atrelar a tecnologia e mídias sociais é uma necessidade emergencial nas classes de educação física em relação ao gênero na escola contemporânea.

Palavras-Chave: Escola contemporânea, gênero, pessoa com e sem deficiência.